



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL) DE 22/08/2023

BREVES COMUNICAÇÕES

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado fez um pronunciamento em que lamentou o trágico assassinato da Ialorixá Bernadete Pacífico, uma defensora dos direitos dos povos quilombolas e da cultura afro-brasileira. Ele denunciou a brutalidade do crime, ocorrido apesar de a religiosa estar sob proteção de um sistema para pessoas ameaçadas. Destacou que Bernadete já havia enfrentado a perda de seu filho anos atrás, que também foi assassinado em circunstâncias semelhantes, relacionadas à disputa por território e exploração ilegal de madeira. Anunciou que irá apresentar, na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Casa, um requerimento de moção de solidariedade à família de Bernadete Pacífico, ao Quilombo Pitanga dos Palmares e às famílias enlutadas no País. O Parlamentar afirmou que a violência contra povos negros, pobres e quilombolas deve ser combatida e que a Câmara dos Deputados precisa se manifestar contra tais atrocidades. Ele ressaltou a importância da ação das autoridades para interromper essa violência.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado fez críticas à possível reintrodução do imposto sindical obrigatório no Brasil. Ele comparou a ação a um roubo indireto, onde o Governo retiraria dinheiro do trabalhador para sustentar o sindicato. O Deputado mencionou casos de corrupção do passado e expressou preocupação com a perspectiva de trabalhadores serem obrigados a contribuir com uma parcela significativa de seus salários para os sindicatos. O Parlamentar argumentou que essa mudança não beneficiaria os trabalhadores e alegou que os sindicatos não têm mais o mesmo poder de influência que tinham anteriormente.

Silas Câmara (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado expressou preocupação com proibição, pela Marinha, da navegação noturna nos rios do Estado do Amazonas em face da chegada do período de estiagem e o consequente esvaziamento dos rios. Ele destacou o agravamento dessa situação no Rio Juruá. O Parlamentar ressaltou a importância do Governo Federal estar atento às necessidades dos Municípios da Região Amazônica. Ele fez um apelo aos Ministérios da Defesa e do Desenvolvimento Regional e à Defesa Civil por concessão de suporte logístico e suprimentos essenciais como gás, combustível, alimentação e medicamentos, para evitar que os Municípios enfrentem dificuldades durante esse período crítico. O Deputado também instou o Governo Estadual do Amazonas a prestar assistência aos moradores ribeirinhos e aos Municípios afetados.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado expressou preocupações sobre um protesto programado em apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no Distrito de Lumiar, localizado no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. Ele destacou incidentes anteriores relacionados ao MST e compartilhou uma declaração do líder do movimento sobre criar e aplicar suas próprias leis. O Deputado manifestou apreensão com o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

impacto potencial no Distrito, que é pacífico e tem muitos idosos. Ele apelou ao PSOL para alterar a manifestação para o Centro de Nova Friburgo e pediu apoio ao Governo Estadual, à Prefeitura Municipal e à polícia para manter a segurança. O Deputado também incentivou os moradores a documentar o evento para entender quem financia a ida dos manifestantes.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado respondeu a discurso proferido na tribuna sobre incidente ocorrido recentemente no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. Ele afirmou que a Deputada Estadual Marina do MST foi agredida por um grupo de bolsonaristas enquanto realizava um evento sobre reforma agrária. O Deputado anunciou que no próximo domingo haverá um ato no Distrito de Lumiar, localizado em Nova Friburgo, em prol da paz e da democracia, enfatizando que o incidente não irá silenciar suas vozes. Ele destacou a importância do direito de realizar reuniões públicas e condenou a violência que ocorreu anteriormente.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado expressou críticas à esquerda em seu discurso e fez uma denúncia relacionada às condições das estradas no Estado do Rio Grande do Norte. Ele citou um estudo da CNT que indicou que 64% das estradas do Estado possuem problemas, principalmente buracos. Ele destacou a falta de manutenção e fez um apelo à Governadora Fátima Bezerra para dar atenção especial à infraestrutura rodoviária. O Deputado enfatizou a importância de resolver essa situação, uma vez que ela afeta a segurança e o transporte de mercadorias em todo o Estado.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou o Encontro dos Produtores Brasileiros de Leite e parabenizou a Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite pela promoção do evento na Casa. Ele ressaltou medidas emergenciais anunciadas pelo Governo Federal para lidar com os impactos da importação de leite e dos custos de produção na atividade agrícola. O Deputado enfatizou a importância da cadeia produtiva do leite, que gera milhões de empregos no País. Ele também discutiu a diminuição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM em 105 Prefeituras Municipais no Estado da Bahia, alertando sobre os problemas financeiros enfrentados pelas municipalidades. O Deputado fez um apelo para que o Governo Federal forneça socorro financeiro urgente aos Municípios a fim de manter serviços essenciais como saúde e educação.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado destacou a prisão de Rodrigo Lima, ex-Secretário de Comunicação da Prefeitura Municipal de Bayeux, Estado da Bahia, acusado de financiar atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023. O Parlamentar parabenizou a Polícia Federal pelo trabalho em defesa da sociedade e ressaltou a importância de investigar outros envolvidos em atos contra a democracia. Abordou também as posturas do ex-Presidente Jair Bolsonaro, citando informações divulgadas pela imprensa que indicam seu envolvimento em ações contra o Estado Democrático de Direito. O Deputado expressou sua contrariedade ao Projeto de Lei nº 2.586, de 2023, que autoriza o porte de armas para Conselheiros Tutelares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Giovani Cherini (PL - RS) - O Deputado destacou sua participação na inauguração da primeira fábrica de óleos essenciais da multinacional doTerra no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e da Felicidade, ele expressou entusiasmo pela possibilidade de promover a prevenção na saúde por meio desses produtos naturais que incorporam elementos como o Sol, a Terra e a energia. O Parlamentar parabenizou a empresa doTerra do Brasil por essa conquista e enfatizou que a fábrica contribuirá significativamente para a saúde da população ao produzir cerca de 100 milhões de unidades do produto por ano.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado expressou preocupação com a crescente apatia da população brasileira diante das notícias políticas. Lamentou que a censura inconstitucional esteja impondo o silêncio e desinteresse, ressaltando que histórias de reações populares contra o poder injusto são comuns na história. Criticou tanto a intenção do Poder Executivo de reinstaurar o imposto sindical quanto a postura do Supremo Tribunal Federal de aprovação do julgamento, por seus membros, de casos em que os advogados sejam seus familiares. Alertou para o perigo dessa apatia gerar convulsão social no futuro e mencionou o caso da Argentina, onde um *outsider* político surpreendeu nas eleições. O discurso destacou a necessidade de engajamento cívico para evitar a deterioração da democracia.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado destacou sua participação no debate da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Abraço Brasil, onde saudou a iniciativa e cumprimentou os radialistas presentes no evento realizado em Brasília, Distrito Federal. Em tempos de avanço democrático após um período de restrições, o orador ressaltou a importância das rádios comunitárias e elogiou o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por demonstrar abertura para discutir a expansão dessas rádios em todo o país. O Parlamentar encerrou saudando os colegas da Abraço Brasil.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado participou de debate realizado pela Plenária Nacional das Rádios Comunitárias, destacando o relevante papel desempenhado por cerca de 5 mil rádios comunitárias em todo o Brasil. Enfatizou que, embora as rádios comerciais sejam importantes, concentram-se nas grandes cidades, deixando áreas como pequenas cidades, zona rural e periferias carentes de serviços específicos de comunicação. Apontou para a restritiva Lei nº 9.612, de 1998 (sobre a instituição do Serviço de Radiodifusão Comunitária), por limitar recursos necessários à sustentação das rádios, pondo dificuldades à profissionalização e à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos. Expressou sua discordância em proibir o uso da sigla FM para rádios comunitárias e defendeu o acesso a anúncios pagos, inclusive institucionais de todas as entes federados. O Parlamentar enfatizou a necessidade de aperfeiçoar a legislação para democratizar o acesso aos meios de comunicação, rumo a uma sociedade mais democrática.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada fez um registro especial no plenário, saudando a presença do diretor Zeca Brito, responsável pelo filme *Legalidade*. O filme foi recentemente premiado com 5 Kikitos no Festival Internacional de Cinema de Gramado, e destaca um capítulo real da história brasileira. A Deputada destacou a relevância da obra ao lembrar a Semana da Legalidade, quando Leonel Brizola, junto com outros governadores e o povo, defendeu a posse de João Goulart como Presidente da República em conformidade com a Constituição Federal da época. O período da legalidade, da renúncia de Jânio Quadros à posse de Goulart, é retratado no filme, realçando a importância do respeito à Constituição do País. A oradora convidou a todos para um evento de exibição do filme, nas dependências da Casa, sob os cuidados da Segunda Secretaria da Câmara dos Deputados.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado enfatizou seu orgulho por ter apoiado a ex-Presidente Dilma Rousseff durante momentos difíceis, relacionados ao *impeachment*. Ao lembrar a sessão da Câmara dos Deputados que deu início ao processo, recordou seu papel na Comissão Especial do Senado Federal que analisou o pedido, sempre alegando a ausência de fundamentos e caracterizando o processo como um golpe. Recentemente, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF-1 inocentou Dilma Rousseff por unanimidade, reforçando que não houve pedaladas fiscais, razão da instauração do processo. Lindbergh Farias ressaltou que essa decisão comprova a ilegitimidade do processo e que, seguindo essa nova perspectiva, a luta pela anulação do julgamento injusto continuará. O parlamentar expressou sua admiração pela ex-presidente e reafirmou sua crença de que a história provará a verdade sobre o ocorrido.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado homenageou a cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo, que celebra 102 anos, destacando sua relevância na região norte do Estado. O Parlamentar, natural da cidade, compartilhou a alegria dos colatinenses durante os eventos de comemoração. Também mencionou a cidade de Linhares, vizinha de Colatina, que completa 223 anos, enfatizando a importância desses municípios para o desenvolvimento capixaba.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado referiu-se à ex-Presidente Dilma Rousseff como terrorista, apontando um episódio do passado como razão jamais elogiar sua trajetória. Em seguida, abordou a questão do imposto sindical, dirigindo-se aos trabalhadores e questionando se concordam em pagar essa taxa aos sindicatos. Com uso de dados sobre o tema, destacou que os trabalhadores formais seriam impactados com quase R\$ 400 em média, gerando mais de R\$16 bilhões para os sindicatos. O Deputado se posicionou contra a proposta e afirmou que os demais Parlamentares não deveriam permitir essa situação. O discurso foi concluído com a expressão *Não ao imposto sindical* e o pedido à Casa para que não permita a taxação do salário dos trabalhadores brasileiros.

Maria do Rosário (PT - RS) - A deputada registrou a presença do Presidente Nacional do PDT e Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, na Câmara dos Deputados. Destacou a importância do registro pela Casa do Movimento da Legalidade em 1961 na defesa da Constituição do País, enalteceu a coragem e a civilidade de Leonel



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Brizola e mencionou a exibição do filme *Legalidade*, dirigido por Zeca Brito, no Auditório Nereu Ramos, com estudantes e jovens presentes, valorizando a história brasileira sob uma perspectiva constitucional e democrática. Maria do Rosário reforçou a busca pela verdade sobre os acontecimentos que envolveram a ex-Presidente Dilma Rousseff. Em referência à legalidade e à democracia, homenageou Leonel Brizola e João Goulart, em memória, e o Presidente do PDT Carlos Lupi, ressaltando a unidade em prol de um governo democrático liderado pelo Presidente Lula. A presença do Ministro Carlos Lupi foi destacada como uma honra para a Câmara dos Deputados.

Paulo Litro (PSD - PR) - O Deputado fez um registro sobre sua participação no evento *Itaipu Mais que Energia*, ocorrido em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. O evento reuniu líderes dos do Paraná e Mato Grosso do Sul, momento em que se formalizou contrato entre a empresa Itaipu Binacional e a Caixa Econômica Federal. O contrato destinará cerca de R\$ 1 bilhão para 399 municípios do Paraná e 35 municípios do Mato Grosso do Sul. O valor será usado para realizar obras sociais, comunitárias e de infraestrutura, com destaque para saneamento ambiental, energia renovável e manejo de água e solo. O Deputado também destacou o patrocínio da Itaipu Binacional à realização da feira Expovizinhos em Dois Vizinhos, Estado do Paraná. Litro agradeceu aos diretores da empresa pelo empenho nas ações direcionadas aos municípios agraciados com recursos.

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado criticou o Novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) anunciado pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Questionou a capacidade do Governo petista de promover o crescimento do País e destacou a importância da livre iniciativa nesse processo. Expressou preocupação com a intervenção estatal na economia e a criação de um ambiente regulatório desfavorável para a iniciativa privada. O Deputado apontou que governos do PT têm histórico de corrupção e não seria confiável na coordenação de investimentos direcionados ao crescimento econômico brasileiro. Criticou a passividade do Poder Legislativo na fiscalização do Poder Executivo e a omissão do grupo político Centrão quanto aos erros governamentais. O orador incentivou a população a se mobilizar contra o imobilismo dos Parlamentares e alertou para o risco de retrocesso no avanço em transparência e justiça diante da passividade do Congresso Nacional e de investimentos tocados por um governo corrupto.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado expressou preocupação com a proposta do Governo Luiz Inácio Lula da Silva de reinstaurar o imposto sindical obrigatório, considerando-o um grave retrocesso. Ele enfatizou que, além das políticas econômicas atuais do País, essa medida afetaria negativamente os trabalhadores brasileiros. O Deputado argumentou que a população precisa compreender que é função do Parlamento lutar contra tais decisões, destacando que o imposto sindical foi extinto em 2017 e seu retorno não deve ser permitido. Ele fez um apelo aos partidos de centro para que não aprovem essa medida, enfatizando a importância de não prejudicar os trabalhadores que sustentam o Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Eduardo Bolsonaro (PL - SP) - O deputado expressou seu descontentamento sobre a proposta de retorno do imposto sindical obrigatório, citando uma matéria do jornal O Globo. Eduardo Bolsonaro enfatizou a queda de 98% na arrecadação sindical desde que se tornou facultativa. Ele criticou a ideia, defendida pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, de uma contribuição negociável onde o trabalhador não sindicalizado deveria pagar se beneficiado pelo sindicato. O Deputado finalizou reiterando sua posição contrária à proposta e elogiando Paulo Eduardo Martins pela legislação que acabou com o imposto sindical.

Pedro Aihara (PATRIOTA - MG) - O eputado discursou na Câmara sobre a recente polêmica envolvendo a empresa 123 Milhas, que suspendeu unilateralmente os pacotes da linha *Promo*. Em vez de reembolso imediato, a empresa ofereceu aos clientes *vouchers* parcelados com correção de 150% do CDI. O Parlamentar evidenciou a preocupação com os consumidores que, ao comprar esses pacotes, fizeram outras reservas relacionadas, como hotéis e passeios. Lembrou de situações semelhantes, como o caso da empresa Hotel Urbano, e reforçou que a situação viola o Código de Defesa do Consumidor. Pedro Aihara destacou que o tema será investigado pela CPI das Pirâmides Financeiras e enfatizou o direito constitucional ao lazer dos cidadãos brasileiros.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado expressou sua admiração pelo povo nordestino e destacou seu compromisso em representar o norte mineiro, áreas que têm afinidades culturais com a Bahia. Contudo, o foco central de seu discurso foi uma proposta do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, para alterar a Constituição Estadual. No passado, durante o governo de Itamar Franco, foi estabelecido que empresas públicas mineiras só poderiam ser vendidas após aprovação de três quintos dos Deputados Estaduais e um referendo popular. Agora, Zema deseja remover essa condição, permitindo a venda com maioria simples na Assembleia Legislativa. O Parlamentar defendeu a manutenção da medida original, citando o exemplo da CEMIG, uma empresa estatal lucrativa, e criticou a possibilidade de vendê-la "a preço de banana" para interesses privados.

Gilvan Maximo (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado congratulou o empresário Donizetti, proprietário da Atlântida Móveis. Fundada em 1961 e atualmente com 17 filiais em cidades-satélites de Brasília, a empresa emprega 340 pessoas. O Parlamentar* enalteceu o comprometimento de Donizetti com a geração de empregos e renda na região e destacou sua trajetória como um empreendedor sério, correto e honesto. Gilvan Maximo sublinhou o orgulho que Brasília e as cidades-satélites do Distrito Federal sentem por terem Donizetti como representante do setor empresarial e reconheceu os desafios de ser empresário no Brasil.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado destacou, em sessão parlamentar, a participação de congressistas brasileiros no Segundo Congresso Conservador Brasil-Estados Unidos, realizado em Boston. No discurso, o Parlamentar leu a *Declaração aos Povos do Mundo*. A Declaração reafirma direitos essenciais, enfatiza a preservação do Estado de Direito, critica o aparelhamento do Estado e o desequilíbrio nos Três Poderes. Aborda



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

ainda a importância da apuração pública dos votos e defende o federalismo pleno, concedendo autonomia aos Estados.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado ressaltou a visita a Brasília dos vereadores da cidade de Bom Jesus do Norte. O Parlamentar lembrou sua colaboração enquanto Secretário de Economia e Planejamento, em que atuou junto com os vereadores para alocar recursos na pavimentação de ruas na cidade. Os vereadores, incluindo Tiquinho, Presidente da Câmara, Charles Diniz, Rodrigo Sobral, Zelau e Izaías, têm sido ativos na busca de melhorias para Bom Jesus. Gilson Daniel reiterou seu comprometimento, destacando que o município pode contar com seu mandato para seguir avançando em políticas públicas e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada parabenizou a Universidade Federal da Bahia (UFBA) pela conquista da nota máxima no credenciamento institucional junto ao Ministério da Educação. Ela destacou o papel essencial da universidade como espaço de inovação, ciência e cultura. Além disso, a Parlamentar prestou solidariedade à comunidade do Município de Simões Filho, em particular ao Quilombo Pitanga dos Palmares, após a trágica morte de Mãe Bernadete, líder quilombola, vítima de uma execução com mais de 15 tiros com motivação ainda não esclarecida. A parlamentar espera rapidez na apuração e na punição dos envolvidos.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado externou sua preocupação acerca das condições das rodovias em Minas Gerais. Enfatizou o esforço do Governador Zema na recuperação das estradas estaduais, mas alertou sobre a grave situação das rodovias federais no estado. O orador solicitou atenção especial ao Ministro da Infraestrutura para as principais rodovias mineiras e mencionou reuniões com o Diretor-Geral do DNIT para discutir soluções, como a duplicação da BR-494. Além disso, expressou descontentamento com a postura de algumas concessionárias. O Parlamentar anunciou que pedirá uma audiência pública na Comissão de Viação e Transportes para discutir a situação, sublinhando a necessidade urgente de medidas para garantir a segurança nas estradas, principalmente na BR-494, BR-262 e BR-040.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado lembrou o dia 31 de agosto de 2016, quando a então Presidenta Dilma Rousseff foi afastada do cargo por um *impeachment* que, segundo ele, foi baseado em mentiras. Sete anos depois, em 21 de agosto, o TRF-1 inocentou Dilma Rousseff, uma decisão que, para o Deputado, comprova que o que ocorreu naquele período foi um golpe contra a democracia. Ele argumentou que desde então o Brasil sofreu com consequências negativas, como a reforma trabalhista, o congelamento do salário mínimo e a venda de refinarias. O Deputado defendeu um pedido de desculpas à Dilma por parte do Congresso Nacional e destacou a importância de reconstruir o que foi destruído pelo golpe. Ele também expressou apoio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na retomada da democracia e na busca por um Brasil soberano.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado parabenizou a Faculdade de Direito do Sul de Minas - FDSM, no Município de Pouso Alegre, pelo aniversário de 64 anos e,, em nome do Diretor Oliveira Rezende, cumprimentou todo o corpo docente da instituição. O orador saudou, em seguida, o ex-aluno da FDSM João Otávio de Noronha, atualmente Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Por último, lamentou o falecimento do ex-Diretor da faculdade, Carlos Abel Guersoni Rezende.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado destacou a grave situação de segurança pública no Estado da Paraíba, onde ocorrem assaltos, homicídios, furtos e conflitos entre facções. Ele criticou a política para o setor adotada pelo PSB, que governa o Estado há 4 mandatos consecutivos, afirmando que não atende às necessidades da população e não contribui para a eficiência do combate à criminalidade pelos profissionais de segurança pública. O Deputado convocou para o primeiro encontro de segurança pública em João Pessoa para sensibilizar o Governador do Estado a melhorar a gestão da segurança pública. O orador contestou informações do Governador sobre avanços na valorização do trabalho dos policiais e reafirmou seu compromisso com a defesa desses profissionais. Por fim convidou a população para participar do encontro e discutir o futuro da segurança pública na Paraíba.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado expressou preocupação com a proposta de retorno do imposto sindical apresentada pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. O orador destacou a excessiva quantidade de sindicatos no Brasil comparada aos Estados Unidos da América e considerou um retrocesso a possibilidade do impacto de um novo imposto sindical. Além disso, apontou outras ações do Governo que considera prejudiciais, como tentativas de tabelar juros de consignados e adoção de preços artificiais para os combustíveis. O deputado criticou a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, associado a casos de corrupção, e mencionou a falta de incentivos ao desenvolvimento da Região Norte. Para Capitão Alberto Neto, trata-se de um Governo novo com ideias ultrapassadas.

Lucas Ramos (PSB - PE) - O Deputado destacou a instalação da Frente Parlamentar São Paulo-China pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo como um passo fundamental para fortalecer as relações entre Brasil e China. Ele ressaltou que essa ação serve como exemplo para outras Casas Legislativas estaduais. Como membro da Frente Parlamentar Brasil-China no Congresso Nacional, o Deputado enfatizou a contribuição decisiva desse grupo para a construção de um horizonte promissor nas relações comerciais entre os dois países. O orador mencionou a relevância das relações econômicas entre Brasil e China, citando o superávit na balança comercial, os principais produtos exportados e a participação chinesa em investimentos na indústria automotiva nacional. Ele também destacou parcerias em pesquisa e inovação, além de aplaudir a colaboração do Presidente Instituto Sociocultural Brasil-China - IBRACHINA, Thomas Law, no desenvolvimento de soluções para o setor do Governo Digital. O deputado concluiu parabenizando a frente parlamentar paulista e ofereceu apoio para avançar nessa parceria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Alfredinho (PT - SP) - O deputado esclareceu que é importante desmistificar algumas informações falsas que têm sido propagadas nas redes sociais sobre um suposto retorno do imposto sindical. Ele abordou a discussão sobre a taxa negocial, reiterando que não se trata da volta do referido imposto. Alfredinho explicou que essa taxa é discutida em assembleias de trabalhadores, onde a aprovação é debatida e, somente após essa aprovação, é cobrada. O Deputado comparou essa dinâmica à forma como um condomínio decide sobre taxas extras para obras ou reparos. Ele também condenou a retórica ofensiva de alguns Deputados contra sindicalistas. O orador destacou a importância dos sindicatos para a democracia, assim como o financiamento das lutas, e enfatizou que a taxa negocial é aplicada tanto para sindicatos de trabalhadores quanto para sindicatos de empresas.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado destacou a realização do XXIII Encontro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS Nordeste) em Salvador, Estado da Bahia. O evento abordou a reconstrução do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para fortalecer as políticas públicas do País. Além disso, o deputado lamentou o assassinato de Mãe Bernadete, uma liderança quilombola de 72 anos, ocorrido no Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, Estado da Bahia. Ele destacou a importância de agilizar as investigações e da punição dos culpados pela Justiça. Mãe Bernadete era uma referência e deixou um legado importante para as lutas em defesa das comunidades quilombolas e dos movimentos sociais. O orador concluiu o discurso com a garantia da continuidade da luta pelo reconhecimento das áreas quilombolas e pela titulação dessas áreas, como também a luta pela demarcação das terras indígenas, pela reforma agrária e em defesa dos movimentos.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado relatou uma reunião da CPMI destinada à investigação dos atos de vandalismo ocorridos nas sedes dos Poderes da República no dia 8 de janeiro de 2023 (CPMI do 8 de Janeiro) em face da tentativa do Presidente do colegiado, Deputado Arthur Oliveira Maia, tentar composição a respeito da votação de requerimentos em pauta. O orador esclareceu que a reunião terminou cancelada porque a maioria governista desvia o foco original da CPMI. Pr. Marco Feliciano criticou convocações e requerimentos de quebras de sigilos propostas pela Relatora, Senadora Eliziane Gama, e acusou o Governo de manipular a CPMI com a convocação de pessoas próximas ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, objetivando desmerecê-lo e incriminá-lo. Finalmente, alertou sobre a possibilidade da CPMI do 8 de Janeiro virar uma farsa, incriminando pessoas inocentes, e afirmou que faz parte do grupo que luta por um Brasil mais justo e melhor.

Jorge Goetten (PL - SC) - O Deputado agradeceu ao Presidente Arthur Lira por atender ao pedido de criação do Grupo de Trabalho sobre a Política de Combate à Violência nas Escolas Brasileiras. Goetten destacou a realização pelo Grupo de Trabalho de audiências públicas nos eixos de educação, segurança, legislação e saúde mental. O orador elogiou a participação ativa dos membros do Grupo de Trabalho e agradeceu aos consultores da Câmara dos Deputados pela contribuição no avanço do tema. Ele informou sobre a realização de audiências em Cambé,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Estado do Paraná, Blumenau, Estado de Santa Catarina, e no Bairro do Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para ouvir autoridades, familiares e pessoas testemunhas de casos de violência nas escolas.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado compartilhou sua visita ao Município de Carinhanha, que celebrou 114 anos de emancipação político-administrativa, em companhia da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, do Vice-Governador e Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia. A comitiva esteve na Casa da Agricultura Familiar e em um banco de alimentos que fortalece a produção saudável e acessível. Mencionou a entrega pela Prefeita Chica do PT de projeto de manejo de uma reserva particular de proteção ambiental. Foram visitadas as construções dos cais da Comunidade Quilombola Barra do Parateca e da Comunidade do Angico. Os visitantes estiveram em áreas ribeirinhas de reflorestamento e em lagoas berçários naturais do Rio São Francisco. Por fim, Joseildo Ramos e comitiva estiveram nas obras de uma usina de separação de resíduos de aterro sanitário destinada ao atendimento de 4 municípios da região.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O deputado esclareceu sobre discussão já pacificada entre ele e a Senadora Eliziane Gama, Relatora da CPMI destinada à investigação dos atos de vandalismo ocorridos nas sedes dos Poderes da República no dia 8 de janeiro de 2023 (CPMI do 8 de Janeiro). O orador explicou que os debates acalorados ocorrem, geralmente, com as Parlamentares da Esquerda e que elas acusam colegas de misoginia por não aceitarem revides no mesmo tom. O Deputado pediu por mais respeito mútuo no ambiente legislativo.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou a busca incessante para culpabilizar o ex-Presidente Jair Bolsonaro, ressaltando a personalização do presente que ele recebeu, um relógio único no mundo. Em contrapartida, mencionou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, segundo ele, se vangloria de receber diversos presentes, incluindo uma adaga cravejada de joias. O Deputado ironizou a recente declaração de Lula de que teria recebido um trono da África e sugeriu que o ex-Presidente da República permanecesse no continente.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado abordou a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, 2017, para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O tema foi discutido com o Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS. O Parlamentar ressaltou que mais de 20% da população do Estado do Espírito Santo está no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, entre eles o Bolsa Família, destacando a necessidade de garantir recursos para essas iniciativas. Ele citou as palavras do Ministro Wellington Dias sobre como o investimento na assistência social eleva as pessoas e contribui para sua autonomia. Gilson Daniel defendeu a aprovação da PEC nº 383, de 2017, e reconheceu a importância dos profissionais que atuam nesse setor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado fez uma análise crítica sobre a situação econômica e política do País. Ele destacou recordes negativos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, como a queda consecutiva na Bolsa de Valores e a evasão de capital de R\$ 350 bilhões. O Parlamentar mencionou a arrecadação em queda de 4,2%, mesmo com aumentos de impostos, e a escassez de combustíveis, atribuindo essa situação a políticas do Governo petista. Além disso, Gayer criticou a criação de um novo imposto sindical três vezes maior que o anterior e abordou a crise financeira nos municípios da Região Nordeste. O orador repudiou a nomeação para cargo no Ministério da Educação da ex-Prefeita Márcia Lucena, do Município do Conde, Estado da Paraíba, presa por desvio de recursos da área. O Deputado afirmou que o Governo Federal influencia a cobertura da mídia, especialmente da Rede Globo.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada discursou em tom indignado durante a sessão. Ela denunciou uma preocupante situação que afeta milhares de consumidores brasileiros. A empresa 123 Milhas anunciou o cancelamento de passagens aéreas para os meses de setembro a dezembro de 2023, oferecendo aos consumidores somente um voucher no valor gasto em troca. A deputada argumentou que essa atitude viola o Código de Defesa do Consumidor, que garante reembolso ou alternativas de produtos em casos semelhantes. Ela alertou para a repetição desse cenário, já vivenciado anteriormente com a Hurb. Recomendou aos consumidores que não aceitem o voucher e expressem sua insatisfação no site do governo. Também sugeriu que entrem com ações judiciais para assegurar o cumprimento da obrigação contratual das empresas em emitir as passagens. Destacou ainda que um pedido de abertura de CPI será assinado para investigar esses cancelamentos unilaterais, prejudicando brasileiros e caracterizando possível publicidade enganosa.

Paulo Magalhães (PSD - BA) - O Deputado relatou a visita do Governador Jerônimo Rodrigues ao extremo sul do Estado. No Município de Itanhém, que o deputado representa, diversas melhorias foram entregues à comunidade. Destacou a reforma completa do ginásio polivalente, a instalação de iluminação LED no estádio municipal, a pavimentação de ruas e avenidas, além da construção de uma pista de atletismo em torno do estádio. Magalhães enalteceu o desempenho do Prefeito Mildson Medeiros e do Deputado Estadual Alex da Piatã na parceria com o Governador Jerônimo Rodrigues. Afirmou que a atuação de Rodrigues, em apenas 6 meses, já se destaca e ressoa a gratidão e a continuidade do trabalho iniciado por Rui Costa. Expressou a satisfação dos baianos com um governador dedicado e leal, enaltecendo a escolha acertada para liderar o estado.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O deputado abordou a polêmica em torno das CPIs e CPIMs. Ele ressaltou que muitos brasileiros desconhecem o funcionamento e propósito dessas investigações. A Constituição determina que uma CPI seja criada para apurar um fato específico. Jordy criticou a CPMI do 8 de Janeiro, cujo objetivo é investigar eventos desse dia nas sedes dos Três Poderes, mas alegou que ela tem se desviado desse propósito. Ele afirmou que a comissão está se concentrando em questões não relacionadas ao ocorrido em 8 de janeiro, convocando depoentes para temas como joias e hackers. O deputado destacou as contradições de um hacker convocado, que fez



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

acusações infundadas contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro e posteriormente se calou diante dos questionamentos da Oposição. Jordy expressou incredulidade quanto ao uso da comissão por Parlamentares governistas para criar narrativas contra um ex-Presidente. Ele também alertou sobre o retorno do imposto sindical, que segundo ele, está sendo retomado em uma escala 350% maior, pesando sobre os cidadãos.

Mersinho Lucena (PP - PB) - O Deputado registrou a presença na Casa de Vereadores do Município de Cabedelo, Estado da Paraíba, citando Ivânio da Miramar, Wagner do Solanense, Moisés do Meninas Bar, Benone Bernardo e Edson da Ótica, e destacou a importância do trabalho conjunto na busca de melhorias não apenas para sua cidade, mas para todo o Estado.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado expressou seu compromisso em lutar pelo Brasil e transmitir uma mensagem de esperança para milhões de brasileiros desanimados. Nunes abordou questões polêmicas, incluindo sua crítica a líderes políticos antigos e atuais. Criticou a figura de um ex-presidiário no comando do país, enquanto patriotas são marginalizados. Criticou também medidas relacionadas à identidade de gênero, enfatizando que crianças podem trocar de sexo e realizar cirurgias de mudança de gênero pelo SUS. O parlamentar alertou sobre a ameaça à família, juventude e religião, acusando o governo de incentivar conflitos entre grupos. Condenou o que chamou de tática comunista de polarização, destacando a determinação dos patriotas em lutar por um Brasil mais unido e justo.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada celebrou os 102 anos de sua cidade natal, Colatina, situada no noroeste do Estado do Espírito Santo, também conhecida como Princesa do Norte.

Welter (PT - PR) - O Deputado ressaltou as conquistas do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC com um investimento significativo de 1,7 trilhão de reais, abrangendo diversos Estados. Ele destacou que essas ações estruturais garantem recursos substanciais para programas como moradia popular e melhorias em infraestrutura, citando o exemplo do Estado do Paraná, que receberá 107 bilhões de reais. O parlamentar apontou a apreensão da Oposição diante dessas realizações e do reconhecimento internacional do Brasil sob a liderança de Lula. Ele lembra que a Polícia Federal encontrou evidências de mensagens e ordens do ex-presidente Bolsonaro para disseminar desconfiança sobre as urnas eletrônicas, o que levou a sua perda de direitos políticos. Enfatizou que as investigações avançam e sugeriu que Bolsonaro poderia enfrentar prisão devido à gravidade dos atos. Ele concluiu otimista sobre o futuro do Brasil, destacando a inclusão social, a melhoria da economia e a importância de políticas voltadas para a população mais necessitada.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado abordou o clima político atual, onde os aliados do ex-Presidente Jair Bolsonaro se encontram em desordem devido aos diversos escândalos emergentes. Ele focou no depoimento de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Walter Delgatti, o *hacker* supostamente contratado pela Deputada Carla Zambelli, questionando a mudança de atitude dos defensores do ex-Presidente. O orador levantou questões como a visita do *hacker* ao Palácio do Planalto e ao Ministério da Defesa em nome de aliados do ex-Presidente. Ele ressaltou as contradições nos argumentos dos aliados que agora o rotulam como criminoso, questionando por que o hacker foi tratado com afabilidade e contratado por políticos.

Kim Katagiri (UNIÃO - SP) - O Deputado criticou a administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao destacar a discrepância entre as promessas de taxar os mais ricos e a imposição de impostos que afetam mais os pobres. Ele apontou para dois impostos recentemente implementados: um sobre compras *online* e outro sobre a contribuição sindical obrigatória, que afeta os salários dos trabalhadores. O parlamentar contrastou a situação dos mais pobres, que estão pagando mais impostos, com a postura do Presidente, que viaja pelo mundo, se hospeda em hotéis de luxo e adquire móveis caros. Por fim, enfatizou a incoerência entre as ações do governo e a realidade do País.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado expressou preocupação e indignação em relação à questão da descriminalização das drogas. Ressaltou que a proposta visa tolerar a posse de até 60 gramas de maconha, o que, segundo ele, equivaleria a 60 baseados. Ele alertou para a possibilidade de filhos levarem essa quantidade para a escola sem consequências legais. O parlamentar questionou decisão do Supremo Tribunal Federal, afirmando que isso seria prejudicial para as crianças e a juventude, permitindo o uso, venda e compartilhamento de drogas na escola.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado alertou sobre a grave situação da atenção básica à saúde em sua cidade, Feira de Santana, Estado da Bahia. Com uma população de 620 mil habitantes e grande mobilidade, o orador expressou preocupação com a falta de investimentos na saúde municipal, um problema persistente desde administrações anteriores. O parlamentar visitou quatro distritos e constatou que a maioria das mulheres não realizou exames preventivos. Ele destacou a ausência de atenção básica em ambulatórios e comunidades, o que leva à sobrecarga dos hospitais. Além disso, abordou o desequilíbrio na alocação de recursos, com alta complexidade sendo priorizada em detrimento da atenção básica. Por fim, enfatizou ainda a necessidade de penalizar aqueles que não cumprem com suas responsabilidades na gestão dos recursos de saúde.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado fez referência a sua reputação de falar sempre a verdade e nunca ter sido acusado de disseminar *fake news*, ele contestou informações ditas anteriormente em plenário. Especificamente, esclareceu que o ex-Presidente Jair Bolsonaro não contratou o *hacker* criminoso Walter Delgatti, contradizendo a afirmação feita. O parlamentar enfatizou que Bolsonaro não faria tal contratação e se empenhou em esclarecer o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

fato. Além disso, também demonstrou sua abordagem franca ao elogiar o Deputado Zé Neto, do PT, por sua atitude empreendedora, evidenciando sua disposição para expressar seus pensamentos e opiniões.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada mencionou um momento de reconstrução e união no Brasil, enaltecendo o otimismo presente. A oradora compartilhou detalhes do evento "Canta Bahia", levado pelo Governador Jerônimo Rodrigues, destacando sua importância para os evangélicos e famílias. Ela ressaltou o impacto positivo desse evento na cidade de Camaçari, mencionando a ausência de tais acontecimentos nos últimos anos e como agora, sob o governo do PT na Bahia e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essas iniciativas estão sendo retomadas. Por fim, parabenizou o Governador pela promoção do evento e convidou a população a participar, destacando não apenas o aspecto religioso, mas também o impacto econômico positivo para a região.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada expressou grande expectativa em relação ao escândalo das joias, que envolve o ex-Presidente Jair Bolsonaro e apoia denúncias feitas por defensores da democracia. Também comemorou a volta do projeto de lei sobre o Regime Fiscal Sustentável, com alterações do Senado Federal. Para ela, como educadora, é motivo de alegria que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB esteja fora dos limites fiscais, destacando a sensibilidade do governo em reconhecer a importância da educação como motor de transformação social. A parlamentar destacou a articulação da Frente Parlamentar Mista da Educação, realizando reuniões tanto no Senado quanto na Câmara para garantir que os recursos da educação não sejam reduzidos. Encerrou com vivas ao FUNDEB e à sua exclusão do novo arcabouço fiscal.

Osmar Terra (MDB - RS) - O Deputado dirigiu sua atenção à iminente decisão do STF sobre a liberação das drogas. Como autor da última versão da lei de drogas aprovada em 2019, ele relembrou o amplo debate sobre o tema ao longo de quase 20 anos, incluindo audiências públicas em todo o Brasil e visitas a diversos países para coletar experiências e opiniões. O parlamentar expressou preocupação com a atual situação, onde o STF estaria usurpando o papel legislativo ao tomar decisões substanciais sobre o tema das drogas. Ele alertou para as implicações da decisão na circulação de drogas em locais como escolas e questionou se essa seria a direção que o país deseja seguir. Também mencionou a postura do Presidente do Congresso Nacional e especialistas na área da saúde contrários a essa abordagem. Concluiu com uma preocupação sobre o impacto potencial dessa decisão na circulação de drogas no país.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado abordou o iminente julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a liberação das drogas, particularmente a possibilidade de uma pessoa portar até 60 gramas de maconha. Expressou preocupação quanto ao STF exceder seus limites constitucionais e assumir um papel legislativo, definindo o que é ou não permitido em relação às drogas. O parlamentar ressaltou que a medida do STF impactará negativamente os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

jovens e a segurança pública, colocando em dúvida como os policiais irão lidar com a situação prática de verificar a quantidade de droga portada. Além disso, destacou a conexão entre o tráfico de drogas e as facções criminosas que financiam atividades violentas. O orador pediu que os Ministros do STF considerem as consequências devastadoras dessa decisão em potencial e clamou pela proteção das vidas que poderiam ser arruinadas pelo uso de drogas.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado expressou gratidão aos partidos, especialmente ao PSD sob a liderança de Antonio Brito, por seu envolvimento na votação do arcabouço fiscal. O orador destacou o apoio de outros partidos em concordar com o texto do Senado para a votação. O parlamentar enfatizou que o Distrito Federal agradece aos que se sensibilizaram com a garantia de recursos para a região, mencionando especificamente o Deputado Claudio Cajado.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada expressou sua satisfação ao participar da cerimônia de autorização do processo licitatório para obras de sistemas de micro e macrodrenagem nas Bacias da Baixa do Bonfim, Boa Viagem e Massaranduba, incluindo a urbanização do canal do Bate Facho, em Salvador, Estado da Bahia. Ela destacou o esforço conjunto com o Vereador Ney Campello para a cobertura parcial e urbanização desse canal, proporcionando alívio às inundações frequentes na Cidade Baixa. Como ex-Vereadora, ex-Prefeita e atualmente a Deputada Federal mais votada de Salvador, ela celebrou a transformação da cidade sob o Governo Federal e seu compromisso com melhorias. A oradora também mencionou sua recente visita ao Ministério da Educação para discutir a consolidação e autonomia de *campi* universitários no Estado da Bahia. A Parlamentar citou a apreensão de Deputados da Oposição diante das denúncias realizadas por *hacker* envolvendo a base do ex-Presidente Jair Bolsonaro em esquema de fraude eleitoral. Ela apontou a restauração da funcionalidade governamental e criticou práticas anteriores, destacando a importância do debate respeitoso e do retorno à normalidade na Câmara dos Deputados.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado contesta discurso realizado por Parlamentar governista no plenário. Refutando alegações anteriores, ele afirma que, embora o ex-Presidente Jair Bolsonaro tenha de fato se encontrado com um indivíduo questionável, isso não implica em sua contratação. O orador expressa surpresa pela confiança depositada em um *hacker* de baixa qualidade e clara inclinação política, questionando a sua credibilidade. O Parlamentar destaca sua abordagem baseada na verdade, evidenciando sua ausência de acusações relacionadas a *fake news*.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado faz uma associação entre a performance negativa do mercado financeiro brasileiro e a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do PT. O Parlamentar denuncia deficiências no PLANSEV, plano de saúde utilizado por mais de 500 mil servidores públicos do Governo do Estado da Bahia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Ressalta a falta de cobertura em muitos Municípios e a dificuldade em encontrar médicos dispostos a atender pelo plano. Ele aponta ainda a tabela de contribuição como problemática, não justificando a má qualidade do serviço. O Deputado encerra registrando a presença, na Casa, do Deputado Estadual Soldado Prisco, da Bahia, e reforça seu compromisso com profissionais da área de segurança.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada lamenta o falecimento da renomada socióloga Enid Backes, uma pioneira na luta pelos direitos das mulheres e por sua representação no poder. Ela homenageia sua trajetória, e registra sua contribuição como fundadora do Partido dos Trabalhadores e sua dedicação na busca por igualdade de gênero. A Parlamentar expressa solidariedade à família e ressalta a influência positiva de Backes na sua carreira política, mencionando a importância de seu legado na criação de leis e no avanço das mulheres na política. O discurso é um tributo a Enid Backes, cujo exemplo permanecerá presente na trajetória das mulheres.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado ressalta a persistência dos resquícios da escravidão no Brasil, apontando a educação e a saúde como áreas onde a exclusão ainda prevalece. Ele destaca a importância das leis em favor de grupos minoritários, como negros, indígenas e pardos, mas observa que a desigualdade persiste, inclusive em termos de emprego e salários. O Parlamentar aplaude a recente aprovação de um projeto de lei que aprimora o sistema de cotas em universidades introduzido há 10 anos como lei. Ele destaca a necessidade de revisar essa lei a cada década, devido à continuidade das disparidades históricas para com os afrodescendentes.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado presta homenagem à Vereadora Marcela Machry, do Município de Mato Leitão, Estado do Rio Grande do Sul, que visitou a Câmara dos Deputados em busca de soluções para demandas locais. O Parlamentar destaca a atuação da Vereadora como professora e seu envolvimento em projetos educacionais e de infraestrutura, além de sua dedicação à causa animal. Ele relembra que participou na emancipação de Mato Leitão e agradece pela expressiva votação que sempre recebeu da cidade. O orador parabeniza Marcela Machry, a administração municipal e o PDT local. Por fim, saúda a Vereadora como Parlamentar gaúcha, desejando-lhe boas-vindas a Brasília e ao Parlamento Nacional.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada denuncia uma ameaça de morte e estupro corretivo que recebeu por *e-mail* durante o mês da visibilidade lésbica. Ela enfatiza que não há cura para o que não é erro nem para o que não é doença, destacando a necessidade de enfrentar a covardia que visa a ameaçar mulheres lésbicas na política. A Parlamentar menciona que outras colegas também receberam ameaças semelhantes. A oradora reafirma seu compromisso com sua atuação política e sua posição, enfatizando que as ameaças não a farão recuar. Além disso, repudia o ódio direcionado à diversidade e à pluralidade da população brasileira, defendendo a existência e a resistência da comunidade LGBTQ+. Por fim, enfatiza que sua presença na construção política é legítima.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado expressa solidariedade aos sete torcedores do Sport Club Corinthians Paulista que perderam a vida em um trágico acidente na Rodovia Fernão Dias, no Estado de Minas Gerais. Reconhecendo o futebol como parte da cultura brasileira e as torcidas como fundamentais para essa paixão, o Parlamentar presta homenagem às vítimas, a maioria jovens, que tiveram suas vidas interrompidas. Como brasileiro, corintiano e ser humano, ele envia sua solidariedade aos familiares das vítimas, destacando os nomes de Allan, Andrew, Hamilton, José Antônio, Renan, Rodrigo e Vanderlei, e desejando que descansem em paz.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada critica a proposta de retorno do imposto sindical obrigatório, ressaltando que a medida já foi abolida em 2017, aliviando o bolso dos trabalhadores. Ela recorda o esforço para extinguir a obrigatoriedade, com destaque para o projeto do ex-Deputado Paulo Eduardo Martins e o relatório do ex-Deputado Rogério Marinho. Alega que a contribuição voltar a ser obrigatória prejudicaria os trabalhadores, podendo equivaler a três dias de trabalho. A Parlamentar reforça a importância de manter a opção voluntária de contribuição e critica a intenção do Governo Federal de reimplantar a medida, defendendo que o atual Plenário não permitirá esse retrocesso. O discurso é uma defesa veemente contra o retorno do imposto sindical obrigatório.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defende a isenção de IPI para cadeiras de rodas e aparelhos auditivos, e cita os projetos apresentados por ele para promover essa isenção. Critica o fato de que o IPI é zerado para carros, mas não para itens essenciais aos deficientes. Enfatiza que é necessário garantir igualdade de acesso para os mais pobres e não deixar os menos favorecidos desamparados. O orador também comemora o Dia Nacional da Legalidade, celebrado em 25 de agosto, lembrando a atuação do ex-Governador Leonel Brizola no movimento gaúcho pela legalidade durante um período turbulento da política brasileira. O Parlamentar destaca a importância de proteger e manter a democracia, ressaltando a complexidade desse sistema, e afirma que o caminho é sempre a democracia e nunca a ditadura.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado levanta questões cruciais no setor aéreo brasileiro. Recentemente, a agência de viagens 123 Milhas chocou o público ao suspender abruptamente os pacotes e passagens de sua linha promocional, afetando embarques previstos até dezembro de 2023. A empresa promete reembolsar integralmente os clientes, mas o orador adverte que gera preocupações a falta de clareza sobre restituições em dinheiro. Como membro da Comissão de Defesa do Consumidor, o Deputado propôs uma audiência pública para discutir os danos aos consumidores e às companhias aéreas. Além disso, questiona a mudança planejada dos voos do Aeroporto Santos Dumont para o Aeroporto Internacional Tom Jobim, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e argumenta que a transição exige uma análise mais detalhada em termos logísticos, de acesso e segurança.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado enfatiza como o preconceito frequentemente é usado por pessoas arrogantes para ocultar suas próprias falhas e invoca palavras de Jesus Cristo para ilustrar essa hipocrisia. Ressalta que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

preconceito tenta se impor como uma verdade dolorosa, mas, ao contrário, a verdade é libertadora e unificadora. O parlamentar sugere a todos reflexão antes de assumir atitudes preconceituosas na vida.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado compartilha decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1 que confirma a inocência da ex-Presidenta Dilma Rousseff em relação às chamadas pedaladas fiscais. O petista enfatiza a importância da responsabilidade nas deliberações da Casa e critica o *impeachment* injusto sofrido por Dilma Rousseff. O Parlamentar expressa preocupação sobre a discussão do arcabouço fiscal, lembrando os efeitos do teto de gastos sob o Governo Michel Temer, que limitou investimentos em programas sociais. Destaca que a aprovação do arcabouço fiscal é vital para dar suporte aos programas sociais recriados pelo Presidente Lula, além de preparar o terreno para a reforma tributária. Por fim, ressalta que decisões nas áreas econômicas e administrativas aprovadas pela Casa permitem ao Governo Federal trabalhar, mas são, principalmente, projetos de Estado.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado parabeniza o Município de Carinhanha, Estado da Bahia, por completar 144 anos de emancipação político-administrativa e destaca a visita da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, à região. Em seguida, também celebra os 65 anos de emancipação político-administrativa de Ilhéus, no sul da Bahia. A parlamentar saúda a gestão local, envia cumprimentos aos vereadores e à população e agradece a todos que ajudaram-no a conquistar o mandato eletivo.

Paulão (PT - AL) - O Deputado anuncia a presença no plenário do Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas, Gino César, e comunica agenda comum, de interesse da pasta, em Brasília, Distrito Federal.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada expressa preocupação e contrariedade à proposta do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a criação de novo imposto sindical obrigatório, que pode chegar ao triplo do valor anteriormente extinto. Ressalta que a escolha de contribuir para sindicatos deve ser uma opção do trabalhador, não uma imposição. Além disso, destaca os avanços após a reforma trabalhista, que levaram à criação de 2 milhões de empregos formais de 2017 a 2022. A Parlamentar afirma que um novo imposto sindical tem o objetivo de fortalecer o projeto de poder do Governo petista por meio do aparelhamento do Estado.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado destaca a importância do Rio Amazonas como hidrovia, mas aponta preocupações com a recente Portaria nº 158, nº 2023, da Marinha do Brasil, que restringe a navegação noturna no Arco Norte devido às vazantes. Ressalta que essas restrições significam aumento de custos e destaca um estudo do Banco Mundial, indicando que a redução de 12% nos custos logísticos no Amazonas poderia gerar um aumento de 38% no Produto Interno Bruto - PIB do Estado. O Parlamentar enfatiza a necessidade de recursos da Lei de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Diretrizes Orçamentárias - LDO) e da Lei Orçamentária Anual LOA que garantam investimentos na navegabilidade do Arco Norte independente de restrições climáticas e ambientais. Além disso, também aponta a necessidade de superar o isolamento enfrentado pela Amazônia Ocidental por via terrestre e cita a importância da BR-319 para os Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre. O orador solicita apoio dos Deputados para assegurar que o Rio Amazonas seja efetivamente uma hidrovia.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado convidou os Parlamentares para participação em cortejo, nas dependências da Casa, em homenagem à Mãe Bernadete, ialorixá baiana recentemente assassinada. O orador enfatizou que o crime não deve ficar impune e exigiu providências das autoridades do Estado da Bahia.

Dr. Francisco (PT - PI) - O Deputado esteve em reunião com o Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lillian Rahal, para debater sobre o maior acesso pelo Estado do Piauí aos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. O orador destacou a importância do PAA para o fomento da agricultura familiar e a possibilidade de aquisição dos seus produtos pelo Governo, Prefeituras e entidades de assistência social e filantrópicas. Por fim, destacou o trabalho do Governo Lula no combate à fome e na melhoria das condições de vida do povo brasileiro, reforçado pelo Programa Bolsa Família e outras políticas públicas.

Osmar Terra (MDB - RS) - O Deputado solicitou à área técnica da Casa a realização de ajuste no controle térmico do plenário, reclamando à Presidência que a baixa temperatura causa desconforto aos presentes, principalmente idosos.

Paulão (PT - AL) - O deputado destacou decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1 de manter entendimento da primeira instância de excluir de ação impetrada pelo Ministério Público Federal - MPF e inocentar a ex-Presidente Dilma Rousseff, o ex-Ministro Guido Mantega e ex-Presidente do BNDES Luciano Coutinho. O orador também abordou sobre a importância social e econômica do Programa Bolsa Família, informando sobre um aumento significativo no atendimento a 21 milhões de famílias em agosto de 2023, com aumento dos recursos em 155% na comparação com agosto do mesmo ano. O petista enfatizou o papel fundamental do programa na Região Nordeste, especialmente no Estado de Alagoas, na mitigação da desigualdade social e no estímulo à economia dos Municípios.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado tratou sobre a retomada do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF do Recurso Extraordinário - RE sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio, especialmente a maconha. O Parlamentar considerou o julgamento do caso ofensivo ao Poder Legislativo e elogiou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

manifestação do Presidente do Senado Federal contrária à inclusão do tema na pauta da Corte. Além disso, criticou a ideia de descriminalizar o porte de até 60 gramas de maconha debatido pelo STF no referido julgamento.

ORDEM DO DIA

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado proferiu parecer às Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Arthur Lira (PP - AL) - O Presidente Arthur Lira convocou os Líderes presentes, incluindo o Deputado José Guimarães, Líder do Governo na Casa, para esclarecer aos Deputados sobre o acordo produzido em relação à medida provisória citada no discurso do Deputado Lindbergh Farias. O Parlamentar em questão, que originalmente se inscreveu para falar a favor, surpreendeu ao falar contra a matéria, o que é vedado pelo artigo 175 do Regimento Interno da Casa. Além disso, destacou que a Câmara dos Deputados tem mantido uma abordagem responsável em pautas cruciais para o País e espera um debate transparente sobre os assuntos discutidos na reunião de Líderes. Nesse contexto, o orador enfatizou a importância de esclarecer que não houve qualquer objeção à taxação de fundos, mas a busca de soluções para aprovação da proposta governamental sobre o arcabouço fiscal.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada registrou a presença, no plenário da Casa, da Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado ressalta que o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, é resultado de um acordo colaborativo que se originou quando a proposta tramitou na Casa e posteriormente no Senado Federal. Destaca a contribuição de vários Parlamentares, incluindo o Relator, Deputado Claudio Cajado, além dos Deputados Pedro Paulo e Mauro Benevides Filho, para a aprovação do novo Regime Fiscal Sustentável. Após alterações no Senado, o orador informa que houve acordo para votação do projeto na presente sessão, esclarecendo que itens do arcabouço fiscal foram transferidos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO em resposta a preocupações do Governo. Adicionalmente, aponta que outro acordo está sendo construído para votar medidas provisórias, incluindo aquelas relacionadas ao salário mínimo e ao Imposto de Renda, com o compromisso de lidar com essas questões de forma urgente e transparente. A votação está prevista para amanhã após esclarecimentos e entendimentos com vários Líderes.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado expressou uma visão distinta do PSOL sobre o arcabouço fiscal, que seria essencialmente um novo teto de gastos, suavizado, porém ainda impondo limitações, como a determinação de que gastos e investimentos não excedam 70% da arrecadação. Apontou que o aumento do emprego atual não se refere ao emprego formal e levantou a questão sobre a preferência por uma massa salarial mais alta do que os lucros. O parlamentar reconheceu as alterações promovidas pelo Senado no arcabouço, como a exclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e do Fundo Constitucional do Distrito Federal. No entanto, destacou a necessidade de uma reforma tributária profunda e equitativa, que não apenas envolva o consumo, mas também aborde a renda, o patrimônio e o capital em paraísos fiscais.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado Alencar Santana (Bloco/PT-SP) discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, sobre a instituição do regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Zeca Dirceu (PT - PR) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A oradora também agradeceu aos Relatores da matéria, Deputado Cláudio Cajado e Senador Omar Aziz, pelo acolhimento de demanda da bancada da educação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A oradora ressaltou a importância da preservação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB pelo novo arcabouço fiscal.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O orador enfatizou a importância da retirada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB do novo arcabouço fiscal.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Emanuel Pinheiro Neto (MDB - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Gilvan Maximo (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado agradeceu ao Senador Omar Aziz; aos Deputados Marcos Pereira, Hugo Motta, André Fufuca e Antonio Brito; e ao Governador e à Vice-Governadora do Distrito Federal, Ibaneis Rocha e Celina Leão, respectivamente, pela retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal do bojo do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O Parlamentar revelou sua confiança na aprovação do novo arcabouço fiscal e parabenizou o Presidente Arthur Lira e a Vice-Governadora do Distrito Federal, Celina Leão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

José Nelto (PP - GO) - O Deputado parabenizou o Presidente Arthur Lira pela condução dos trabalhos da Casa. Alertou para a importância da pauta econômica e para a necessidade de realizar investimentos nas áreas de infraestrutura, educação e saúde com vistas à retomada do crescimento do País. O orador considerou acertada a decisão de excluir o FUNDEB e o Fundo Constitucional do Distrito Federal do projeto de lei sobre o novo arcabouço fiscal. Relatou que discutiu com a Vice-Governadora do Distrito Federal, Celina Leão, sobre a necessidade de dar atenção à região do entorno do DF. O Parlamentar comemorou a queda do dólar e a alta das ações da Bolsa de Valores.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado registrou a presença, na Casa, do Ministro do Turismo, Celso Sabino, e aproveitou para parabenizá-lo pelo trabalho realizado no comando da Pasta.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado retirou requerimento de destaque apresentado pelo PSOL sobre a exclusão do FUNDEB do teto do arcabouço fiscal, no âmbito da votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O Parlamentar ressaltou a importância da valorização da educação e destacou a relevância social do FUNDEB.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado esclareceu sobre o acolhimento, em seu parecer, das emendas sobre a exclusão do FUNDEB e do Fundo Constitucional do Distrito Federal do teto do arcabouço fiscal. Enfatizou que tais emendas foram uma decisão unânime do Colégio de Líderes e constituem a única exceção ao texto votado anteriormente na Câmara dos Deputados. O Parlamentar ressaltou a coerência do seu relatório, destacando que buscou manter sua integridade. Além disso, elogiou as alterações feitas pelo Senado Federal, lideradas pelo Senador Omar Aziz. O orador pediu o apoio de seus pares para aprovação das Emendas nºs 4, 10 e 14, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, as quais se referem aos fundos mencionados anteriormente. Conclamou ainda o apoio para a continuidade da votação do mérito da matéria, destacando a relevância de tal aprovação.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 4, 10 e 14 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Claudio Cajado (PP - BA) - Conveniência da rejeição da maioria das emendas e manutenção do texto original da Câmara dos Deputados apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Aguinaldo Ribeiro (PP - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 15 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - Elogio ao Deputado Claudio Cajado e ao Líder do Governo, Deputado José Guimarães, pela costura de acordo para a votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Falta de condições para o aproveitamento das emendas do Senado apresentadas à matéria. Regozijo com a retirada do Fundo de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB do novo arcabouço fiscal.

André Figueiredo (PDT - CE) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 5 do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Pedro Paulo (PSD - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 5 do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado pediu aos Parlamentares que mantenham o texto original e rejeitem os destaques apresentados ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 5 do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 5 do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 5 do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 5 do Senado Federal, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Professora Goreth (PDT - AP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 15 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A oradora parabenizou os Deputados pela exclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB do arcabouço fiscal.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 15 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 15 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A oradora também fez considerações sobre dados econômicos e sociais positivos conquistados pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, contestou informações de Deputados opositores sobre a queda do índice da Bolsa de Valores no Governo petista e confrontou com prejuízos ocorridos no Governo Jair Bolsonaro.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 15 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado parabenizou a Casa pela votação do novo arcabouço fiscal (Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023) e enfatizou a aprovação da matéria com a exclusão do Fundo Constitucional do Distrito Federal e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. O orador afirmou que, com a garantia de recursos para o Distrito Federal, o Governador Ibaneis Rocha deixou de ter justificativas para não atender pleitos dos servidores públicos.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado agradeceu ao Presidente Arthur Lira e ao Senador Eduardo Gomes pelo apoio ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. O orador parabenizou a Câmara dos Deputados, consultores e líderes partidários pelo apoio ao trabalho da relatoria do novo arcabouço fiscal (Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023). Expressou confiança na colaboração da Casa para reforçar a arrecadação e garantir a sustentabilidade do novo regime fiscal aprovado. O Parlamentar destacou o desafio do Governo Federal em equilibrar as finanças, alcançar o déficit zero em 2024 e, posteriormente, obter superávit. Claudio Cajado manifestou confiança na capacidade de gestão do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada apresentou questão de ordem sobre a inadequação do art. 101 no contexto do projeto de lei de conversão oferecido à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal. A oradora solicitou à Presidência de consulta do caso ao Plenário no caso de indeferimento de sua questão de ordem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado contraditou a questão de ordem da Deputada Adriana Ventura acerca da inadequação temática de dispositivo do projeto de lei de conversão apresentado à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal.

Arthur Lira (PP - AL) - O Presidente fez considerações sobre a questão de ordem da Deputada Adriana Ventura e sobre a contradita do Deputado Hugo Motta a respeito da inadequação temática do art. 101 do projeto de lei de conversão apresentado à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal. Além disso, pediu à Deputada Adriana Ventura que aceitasse a decisão do Plenário acerca de destaques apresentados à matéria pelo PL e pelo PDT que fazem referência à questão de ordem promovida pela Parlamentar.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal. A oradora manifestou defesa da realização da reforma administrativa e considerou inoportuna a concessão de reajuste salarial aos servidores públicos federais.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado manifestou seu apoio à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada levantou uma questão de ordem para informar que um acordo para votação no plenário da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, não estava sendo cumprido, já que o destaque que seria votado havia sido retirado. O Presidente Arthur Lira não tinha conhecimento da retirada do destaque, mas se comprometeu a encaminhar a decisão ao Plenário. A Parlamentar destacou a importância da votação de uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

matéria inconstitucional e de vício de iniciativa. O Presidente concordou em submeter a decisão ao Plenário e consultá-los sobre a retirada do texto em questão. A Parlamentar concordou com a proposta do Presidente em deferência a ele.

Otto Alencar Filho (PSD - BA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de destaque para supressão do art. 99 do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2023, oferecido à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal. O Parlamentar parabenizou as Deputadas Alice Portugal, Relatora da matéria, e Maria do Rosário. O orador propôs a retirada do destaque, buscando chegar a um consenso e suprimir essa parte do texto.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a sua bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 99 do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2023, oferecido à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado recordou que o Governo tem um acordo para apresentar um projeto à Câmara dos Deputados para corrigir distorções relacionadas aos empréstimos consignados. O Parlamentar destacou que muitos servidores enfrentam restrições em relação à margem de crédito. O Governo, segundo ele, se comprometeu, em conjunto com a Relatora da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, a enviar um projeto com extrema urgência para solucionar essas questões. Esse compromisso visa resolver um problema relevante para milhares de servidores afetados por essa situação.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada destacou que a votação em pauta não se refere aos empréstimos consignados para anistiados da mesma forma que para servidores endividados, esclarecendo que o foco é proporcionar a esses anistiados o direito à movimentação bancária. Ressaltou que essa realidade difere da dos servidores endividados, para os quais se busca criar alívio financeiro. A Parlamentar esclareceu que, infelizmente, não houve consenso sobre a questão, e o objetivo é garantir esse direito aos civis e militares anistiados.

Altineu Côrtes (PL - RJ) - O Deputado destacou que ficou claro na reunião de Líderes que o tema relacionado ao empréstimo consignado seria retirado da discussão, com apoio unânime, apesar de algumas Deputadas manifestarem o desejo de dar sua opinião sobre o assunto. Enfatizou que qualquer desvio desse acordo seria considerado descumprimento. O Parlamentar reforçou que o consenso de todos era retirar o consignado da discussão daquele dia, deixando claro a compreensão sobre o assunto.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado abordou a questão de dois artigos em discussão. O primeiro trata do aumento da margem do consignado, enquanto o segundo se refere à permissão para que anistiados façam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

empréstimos consignados de acordo com as leis atuais, sem aumentar a margem. O Parlamentar esclareceu que o destaque para supressão do art. 99 do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2023, em debate, visava remover ambos os artigos. O orador destacou que o entendimento do Republicanos era de que apenas a primeira parte, relacionada aos consignados, seria retirada, enquanto a parte dos anistiados permaneceria no texto. Por fim, enfatizou o compromisso assumido durante a reunião do partido em relação a esse ponto.

Zeca Dirceu (PT - PR) - O Deputado esclareceu que o próximo destaque em debate, proposto pelo União Brasil, é aquele que havia sido acordado por unanimidade durante reunião de Líderes. O Parlamentar explicou que esse destaque visa preservar a legislação existente relacionada ao consignado, sem fazer alterações. Por outro lado, o item que trata dos anistiados representa um acréscimo a algo que não estava previsto, pois essas pessoas nunca foram reconhecidas como elegíveis para esse tipo de empréstimo. O orador enfatizou que o destaque do União Brasil é mais alinhado ao acordo estabelecido na reunião, enquanto o primeiro destaque aborda questões mais abrangentes que não foram discutidas anteriormente, esclarecendo que ninguém na reunião se opôs a dar aos anistiados o direito ao consignado.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada enfatizou a distinção entre o destaque proposto pelo União Brasil, que se refere ao consignado, e a questão da anistia, que não estava no acordo prévio. Ressaltou que o acesso dos anistiados à movimentação bancária é uma questão separada. O Presidente Arthur Lira afirmou que a Presidência entendia que o tema do consignado deveria ser deixado de lado, mas a Deputada Jandira Feghali insistiu que o consignado e o acesso dos anistiados à movimentação bancária eram assuntos distintos. A discussão evidenciou a necessidade de esclarecimento sobre os detalhes do acordo e da pauta em debate.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada elogiou a Deputada Alice Portugal por sua proposta de modificação da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal. A Parlamentar explicou que o objetivo era chegar a um acordo para votar a proposição, mas destacou a importância de incluir o tema dos consignados. Enfatizou a necessidade de garantir que os servidores públicos não continuem a pagar altas taxas de juros em seus cartões de crédito, defendendo que toda a margem do consignado seja usada dentro dos juros dos consignados. Por fim, mencionou a apresentação de um requerimento de urgência para apreciação do seu projeto de lei e agradeceu a oportunidade de se expressar.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada destacou que a busca pela votação célere da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, retirou a possibilidade de utilizar a margem consignável inteira com juros mais baixos. Enfatizou que empréstimos consignados não apresentam riscos significativos devido ao desconto em folha, o que permite taxas de juros menores. A Parlamentar separou essa questão da discussão sobre conceder aos anistiados o direito de acessar o crédito consignado, ressaltando que são dois tópicos diferentes. A oradora também abordou as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

mudanças na realidade dos servidores públicos no Brasil, mencionando reajustes após seis anos sem aumento. Elogiou o sistema de negociação atual, em contraste com o do Governo passado, em que os servidores enfrentaram dificuldades. Além disso, refutou algumas alegações, como gastos excessivos com servidores e quedas recordes na Bolsa de Valores, destacando dados que mostram o contrário. Concluiu enfatizando a importância de um Governo que respeite tanto os servidores quanto o País.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado parabenizou a Casa pelas proposições aprovadas em benefício do povo brasileiro, incluindo os funcionários públicos federais. Elogiou o relatório oferecido pela Deputada Alice Portugal à Medida Provisória nº 1.170, de 2023, que altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal. Contudo, ele aproveitou a oportunidade para manifestar a indignação do povo baiano em relação ao brutal assassinato da lalorixá Bernadete Pacífico, uma mulher negra e mãe de santo. O Parlamentar denunciou a violência que envolve grileiros de terra e pessoas do setor imobiliário que ameaçam o Quilombo dos Palmares. Além disso, elogiou os esforços do Governo do Estado da Bahia e das autoridades policiais para solucionar o crime e pediu um minuto de silêncio em respeito à memória de Bernadete Pacífico e ao povo baiano, em um momento de indignação compartilhada por todo o Brasil.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado esclareceu à Presidência que não houve quebra de acordo, mas sim um duplo entendimento sobre a matéria em votação. Salientou que o Deputado Altineu Côrtes entendeu que tudo relacionado aos consignados deveria ser retirado, enquanto alguns Líderes entenderam que a parte dos anistiados estaria excluída, focando apenas no aumento da margem de consignado. O Parlamentar destacou que ambos os lados não estão dispostos a ceder em favor do outro e enfatizou a ausência de acordo entre os Líderes. Reconheceu o papel do Presidente em garantir que o que foi acordado na reunião seja cumprido, mas ressaltou que, neste caso específico, o duplo entendimento decorreu da presença de dois artigos na medida provisória relacionados aos empréstimos consignados.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado comunicou que o PL manterá o acordo de Líderes firmado em relação aos dispositivos que tratam sobre os empréstimos consignados na Medida Provisória nº 1.170, de 2023. O orador explicou que dessa forma a regra não será modificada e permitirá que outras pessoas tenham acesso a taxas de juros mais baixas no mercado de empréstimos consignados.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado expressou sua preocupação em relação à questão do consignado, destacando que o PDT retirou um dos destaques relacionados a essa questão. Ressaltou a importância de proteger os servidores públicos, que já enfrentaram a falta de reajuste salarial e não devem ser sacrificados no que diz respeito ao consignado. O Parlamentar enfatizou a necessidade de cuidado e proteção aos servidores, reiterando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

seu compromisso com essa causa. O debate sobre o consignado permanece como um desafio a ser enfrentado pela Casa em um projeto de lei específico, como destacado pelo Presidente da sessão.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado expressou sua preocupação com a segurança do único filho que restou de Mãe Bernadete Pacífico, uma mulher notável que perdeu a vida em defesa dos negros e quilombolas. O Presidente Arthur Lira solicitou um minuto de silêncio em homenagem à Mãe Bernadete.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a atual gestão do Governo Lula, apontando atrasos em nomeações no Ministério do Meio Ambiente e o impacto direto nas Superintendências Estaduais do IBAMA. Também destacou problemas na Petrobrás, citando as promessas em relação ao PPI e a real motivação para quedas de preços do combustível. Mencionou ainda a falta de articulação no Congresso, que resultou na travamento de pautas essenciais. Além disso, sinalizou atrasos em repasses federais aos municípios, especialmente para a saúde, e reforçou que essa situação compromete o SUS e o princípio federativo. Finalizou criticando o Presidente Lula por não cumprir propostas de campanha e buscar relevância internacional.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada comentou decisões recentes que evidenciam o funcionamento da justiça. Destacou o afastamento da juíza Janaina Cassol Machado, titular da primeira Vara Federal de Florianópolis, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) devido a uma prisão irregular na Operação *Match Point*. Lembrou o caso de Luís Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, preso por Cassol em 2017, que culminou em seu suicídio. O Tribunal de Contas da União posteriormente confirmou que Cancellier não cometeu irregularidades. A parlamentar também ressaltou a decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) que arquivou a ação de improbidade contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff, relacionada às *pedaladas fiscais*, reforçando a visão de que houve um golpe. Por fim, condenou tentativas de golpe e a disseminação de *fake news*.

Gilvan Maximo (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado prestou homenagens a destacados empresários do Distrito Federal durante pronunciamento na Câmara dos Deputados. Ressaltou a trajetória da Atlântida Móveis, empresa que iniciou suas atividades em 1981 em Taguatinga Norte e hoje dispõe de 17 filiais e 340 colaboradores. Salientou ainda a parceria da empresa com o Sesc-DF. Além disso, mencionou o Atacadão Dia-a-Dia, fundado por Jaci e Zico Oliveira e que ao longo dos anos expandiu-se, transformando-se em referência em seu segmento. Por fim, destacou a Star Móveis, empresa de Taguatinga com 23 anos de mercado e que gera mais de mil empregos. O parlamentar celebrou o impacto positivo destes empresários no desenvolvimento e geração de empregos no Distrito Federal.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado destacou que a Comissão do Esporte da Câmara receberá o Secretário Nacional de Paradesporto, Fábio Augusto Lima de Araújo, para discutir as ações da Secretaria. O encontro visa abordar o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

papel da Secretaria Nacional de Paradesporto, vinculada ao Ministério do Esporte, como instrumento de inclusão e reabilitação para pessoas com deficiência.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado expressou sua satisfação com o Governo do Estado do Maranhão pela inauguração da 73ª unidade do Viva/Procon em São Luís. Esta nova unidade, que é uma parceria com o São Luís Shopping, amplia o acesso a serviços públicos essenciais e fortalece a defesa dos direitos do consumidor. Enfatizou que o Viva/Procon é uma ferramenta chave para promover a cidadania, ressaltando a importância da proximidade entre o poder público e a sociedade. Por fim, celebrou o esforço contínuo do governo em aprimorar a prestação de serviços públicos e simplificar procedimentos burocráticos.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado solicitou a consignação nos Anais da Casa do documento *Carta de Framingham, Massachusetts - Declaração aos Povos do Mundo*.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado manifestou-se contrariamente à decisão da empresa 123 Milhas de suspender as emissões de passagens e pacotes, impactando significativamente os moradores do Amazonas, dada a relevância da aviação na região. Lembrou que a mesma empresa já havia enfrentado situação parecida em 2022. Diante disso, enviou um Requerimento ao Ministro Marcio França questionando as medidas tomadas pela ANAC a respeito da recente suspensão e o que tem sido feito para proteger os consumidores em eventos similares. Além disso, enfatizou o prejuízo econômico para o Amazonas e destacou a necessidade de maior investimento em opções de transporte no Estado. Por fim, pediu medidas rigorosas para garantir a segurança jurídica dos consumidores.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado abordou a preocupante situação do desenvolvimento sustentável em municípios brasileiros. Segundo dados do Instituto Cidades Sustentáveis, 70% das cidades nacionais apresentam um nível baixo de desenvolvimento sustentável e menos de 1% alcançou um nível alto. O levantamento ainda apontou um retrocesso no Brasil nos últimos sete anos. O Sudeste obteve uma classificação média de desenvolvimento, com destaque para São Caetano do Sul, enquanto Buriticupu, no Maranhão, aparece no final da lista dos municípios. A Amazônia, por sua vez, é o bioma com o pior colocação no ranking. O Parlamentar ressaltou a falta de vontade política como um entrave e afirmou seu compromisso em visitar municípios do interior paulista para atender às demandas da população.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada falou sobre a celebração antecipada do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, destacando o paradoxo da celebração quando os direitos desse grupo ainda não estão plenamente consolidados. Ressaltou os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência, como falta de acessibilidade e atitudes preconceituosas. Entretanto, há muitos motivos para celebrar, visto que a luta desse segmento resultou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 22/08/2023

em avanços, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que reforça o compromisso nacional em promover ambientes inclusivos. A Parlamentar reforçou o papel da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que promove a igualdade e participação ativa. Por fim, afirmou ser essencial que a sociedade acolha diferenças, garantindo a todos a oportunidade de viver com liberdade e autonomia, sendo essa uma prioridade para seu mandato.

ENCERRAMENTO